



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 22.638/19

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Serra Branca, **Sr. José Ronaldo Maciel Pinto**, concedendo aposentadoria voluntária com proventos integrais a **Sra. Maria Aparecida Rodrigues dos Santos**, matrícula nº 30390-9, Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que contava, à época, com 34 anos, 11 meses e 05 dias de tempo de contribuição e idade de 51 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria nº 025/2019] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho

Conselheiro - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 22.638/19

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Maria Aparecida Rodrigues dos Santos*

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Serra Branca PB

Gestor Responsável: *José Ronaldo Maciel Pinto*

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 1109/2020

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 22.638/19**, referente aposentadoria voluntária com proventos integrais da **Sra. Maria Aparecida Rodrigues dos Santos**, matrícula nº 30390-9, Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria nº 025/2019], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 30 de julho de 2020.

Assinado 4 de Agosto de 2020 às 08:47



Cons. Antônio Gomes Vieira Filho

PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 4 de Agosto de 2020 às 09:29



Isabella Barbosa Marinho Falcão

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO